



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Casa de Eptácio Pessoa

ATA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 18ª LEGISLATURA, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, COM OBJETIVO DE DEBATER SOBRE O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E SUA IMPORTÂNCIA PARA A GARANTIA DOS DIREITOS CIVIS, HUMANOS E FUNDAMENTAIS, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2016.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e oito do mês de março de dois mil e dezesseis, no Plenário "José Mariz", da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a Presidência da Deputada Estela Bezerra, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça para realizar a Audiência Pública, com o objetivo de debater sobre o Estado Democrático de Direito e sua Importância para a Garantia dos Direitos Civis, Humanos e Fundamentais. "Invocando a proteção de Deus e em nome do povo paraibano" a Senhora Presidente declarou aberta a Audiência, convidando a compor a Mesa os Deputados Anísio Maia e Frei Anastácio; Professora Maria Luiza, Diretora do Centro de Ciências Jurídica da UFPB; Sr. José Henrique Arigas, Professor de Ciências Políticas da UFPB e Pós Graduação das Ciências Sociais e Relações Internacionais; Exmo. Sr. Rogério Lucas, Promotor de Justiça da Cidade de Cabedelo; Sr. Gleyson Melo, Representante da Frente Brasil Popular. Dispensada a execução do Hino Nacional a Senhora Presidente destacou a presença de diversos movimentos populares, entre eles o Movimento Frente Brasil Popular e dos Técnicos da Reforma Agrária e, em seguida, o Deputado

Frei Anastácio, como primeiro secretário, fez a leitura do Requerimento da Audiência, momento em que assumiu a presidência para que a Deputada Estela Bezerra fosse à Tribuna. Com a palavra a Deputada saudou a todos e destacou que a audiência tinha o intuito de promover uma reflexão dos elementos que envolvem o atual momento político do País e as posteriores consequências, bem como o posicionamento da sociedade paraibana. Em seguida, citando Ulisses Guimarães, observou que desde a época da promulgação da Constituição Federal de mil novecentos e noventa e oito há fortalecimento da democracia através da participação e esforço social em defesa dos direitos fundamentais, momento em que lembrou suas lutas da adolescência. Relatou também que a Presidente Dilma vem sofrendo discriminação de gênero, assim como ex Presidente Lula sofreu discriminação de classe, mas que, no entanto, foi o governo que reduziu notadamente a miséria no País. Classificou que o momento atual do Brasil volta-se ao Fascismo e ao Golpe iminente, pois o discurso utilizado para o impeachment passou de caça a corrupção a “pedaladas fiscais” depois da divulgação da Lista da Odebrecht, o que, segundo a mesma, é improcedente, estando dessa forma a imprensa divulgando informações temerosas para manter a hegemonia de uma classe política que pouco fez pela população e é financiada pela citada empresa. Finalizando seu discurso destacou que a população deve tomar conhecimento dos reais fatos que estão acontecendo e está grata por sua atual condição lhe permitir a defesa dos valores que o estado Democrático de Direito promoveu. Ato contínuo foi convidado a discursar o Professor José Henrique Artigas. Com a palavra, fez os cumprimentos de praxe e relatou que o País está em um processo de ruptura institucional, vivenciando um momento golpista, sem amparo jurídico e legal para consubstanciar o impeachment. Desse modo relatou que o golpe vem sendo orquestrado por setores da mídia nacional, judiciário, associações de empresários nacionais e internacionais, estando em jogo os preceitos fundamentais estatuídos pela Constituição Federal, para tanto, enumerou diversas arbitrariedades praticadas contra o atual Governo, como escutas ilegais e rejeição a direitos humanos. Após esse momento relatou que se deve atentar em defesa da democracia, sua preservação e o devido processo legal, nesse sentido, informou que não aceitarão o vilipêndio à Carta Magna e a volta do autoritarismo. Posteriormente a Professora Maria Luísa fez a sua

participação no debate. Com a palavra relatou que observa uma circularidade dos fatos históricos com a volta da luta em favor da Constituição Federal e do Estado Social e Democrático de Direito. Sobre tal aspecto fez a leitura de um aparato histórico que remontou as Revoluções Americana e Francesa e, em seguida, vislumbrou que a situação atual pressupõe um golpe que desmonta para destituição da Presidente sem que esta haja cometido algum delito. Após esse momento a Deputada Estela Bezerra fez a leitura de alguns princípios constitucionais e convidou a Tribuna o Sr. Gleyson Melo, Representante da Frente Brasil Popular. Com a palavra o orador cumprimentou a todos e parabenizou os deputados presentes na sessão, seguidamente indagou sobre lembranças em que fora rasgada a Constituição Federal e afirmou que mais uma vez a liberdade de expressão e os direitos fundamentais estão em risco. Nesse ínterim, relatou que o impeachment é irregular, que há inversão de valores com comprometimento do judiciário e da mídia. Finalizando informou que não se trata apenas de opositores políticos ou luta contra a corrupção, mas sim um golpe contra a democracia, convocando, dessa maneira, todos para combater tal impasse. Logo após o Deputado Anísio Maia fez a ressalva das presenças do Sr. João Eduardo Fonseca; Sr. Carlos Tibério Limeira, Sec. Da Juventude Esporte e Lazer; Paulo Vieira de Moura, Núcleo de Direitos Humanos da UFPB; Sr. Ednaldo dos Santos Silva, Cacique Tabajara; Sr. Luciano Bezerra Vieira, MEL; Sr. Renato Almeida Costa, Conselho Estadual dos Direitos Humanos; Sr. Valter Santino Nascimento, Colônia Z6 de Bayeux; Wesley Lorenço, União da Juventude Socialista; Valdir Porfírio, Comissão Estadual da Verdade; Paulo Henrique Pereira de Lima, DCE da UEPB; Robson Araújo, PT de Santa Rita; Sebastião Bastos Freire Filho, Vereador da Cidade de Santa Rita; Jéssica Andrade, CUT; Sônia Lacerda, Comissão Municipal de Saúde de João Pessoa. Ato contínuo foi convidado a discursar o Exmo Promotor da Cidade de Cabedelo, Rogério Lucas. Com a palavra cumprimentou a todos os presentes e de pronto relatou que está tendo a oportunidade de defender a democracia em seu pronunciamento, direito esse, assistido pela Constituição Federal. Logo após, observou que ato contra o mandato da Presidente Dilma é antidemocrático, visto que, não se pode constatar crime de responsabilidade ou até mesmo impeachment, pois não há amparo legal. Nesse ínterim, observou que a condução coercitiva do ex Presidente Lula e a divulgação dos gramos telefônicos também foram

ilegais, ferindo o Princípio da Legalidade e a ordem jurisdicional. Com a palavra a Deputada Estela Bezerra. Comentou a fala do orador anterior, enfatizando os interesses econômicos, sociais, e o não cumprimento de princípios basilares da constituição vigente, no tocante a este tema. Com a palavra o Deputado Frei Anastácio. Após os cumprimentos de praxe, leu um texto que foi publicado pelo Deputado Federal Paulo Pimenta do PT do Rio Grande do Sul, acerca do que estar por trás da tentativa de golpe que estão planejando no país, segundo o parlamentar. Com a palavra o Deputado Anísio Maia. Saudou todos os presentes enfatizando a presença da delegação dos pescadores do Estado da Paraíba, presidida pelo senhor José da Silva. Disse que, após tudo que foi exposto pelo senhor José Henrique e à senhora Maria Luiza, não há o que falar no tocante aos aspectos jurídicos e políticos sobre a demanda, indagando que aqueles que estão à frente do movimento são falsos moralistas. Teceu críticas acerca das últimas manifestações pró impeachment, ao juiz Sérgio Moro, e a Rede Globo de Televisão no tocante a veiculação de matérias relacionadas ao processo de impeachment. Criticou, ainda, o Ministro do STF Gilmar Mendes acerca do posicionamento contrário sobre o vazamento de informações que outrora ocorreram e o mesmo, naquela ocasião, foi anuente, diferentemente do posicionamento atual do Ministro no tocante ao ex-presidente Lula, sendo favorável. Disse que não há outra saída para combater o processo de impeachment, salvo os movimentos sociais. Por fim, criticou novamente o juiz Sérgio Moro pela demora em divulgar a lista da Odebrecht contendo vários nomes de parlamentares da oposição suspeitos de receberem propinas daquela empresa. Ato contínuo, o Deputado Frei Anastácio registrou as presenças da senhora Liliane Targino, da senhora Marli Soares. Com a palavra o Cacique Edinaldo. Após os cumprimentos de praxe, disse que os índios estão sendo deturpados de seus direitos. Disse, ainda, que os indígenas não aceitam o retrocesso social existente no país. Criticou a empresa Friboi pelo financiamento de campanha há vários deputados ruralistas da bancada, intitulada pelo mesmo de “BBB”, bala, boi e bíblia. Com a palavra o senhor Robson, do Movimento Cultural. Após os cumprimentos de praxe, elogiou a fala do Deputado Anísio Maia no tocante a sua visão acerca das manifestações pró impeachment. Criticou a Rede Globo de Televisão. Por fim, disse que o que está acontecendo no país é uma tentativa de vendê-lo aos grandes empresários. Com a palavra o senhor

Einstein Coutinho de Almeida, auditor Federal do Trabalho. Após os cumprimentos de praxe, indagou qual é o crime de responsabilidade cometido pela presidenta, pois até agora não foi exposto pela comissão do impeachment. Salientou que o Tribunal de Contas da União é um órgão auxiliar do Poder Legislativo no tocando ao julgamento das contas públicas, por conta desta prerrogativa o parecer do TCU é meramente opinativo, não tendo poder de decretar um crime de responsabilidade, só o Congresso Nacional detém esta prerrogativa, e até este momento isto não ocorreu. Por fim, disse que o plano de fundo da questão estar em privatizar o petróleo, a privatização da CLT e a abertura das empresas públicas brasileiras ao capital estrangeiro. Ato contínuo a Sra. Presidente passou a palavra ao Senhor André Alves, membro da Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba, onde em tribuna, saudou a todos, comentou sobre o avanço que o País teve durante a gestão do PT, clamou pelo não retrocesso, pediu mudanças para a reforma política e afirmou a perseverança de todos na luta para as melhorias. Em seguida o Deputado Frei Anastácio fez a leitura de uma mensagem oriunda do Vaticano, onde sua ideia central seria a reprovação do golpe à instituições que precisam ser respeitadas. Logo após, a Sra. Presidente pediu respeito pela diversidade do povo brasileiro, o qual merece respeito e atenção, defendeu uma melhor distribuição igualitária na qualidade de vida de todos, bem como também repudiou o processo atual de impeachment no País. Ato contínuo a Sra. Presidente passou a palavra para o Sr. Rogério Lucas, Promotor de Justiça de Cabedelo e membro da Mesa, onde alegou que o processo de impeachment é inconstitucional, comentou sobre o histórico político desastroso no Brasil, apesar disto, o País teve avanço social nos últimos anos, principalmente com os programas governamentais criados de apoio à população. Em seguida a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Francisca Leite, Advogada, onde em tribuna, saudou a todos, alegou que o processo de impeachment requerido pela OAB não foi aconselhado e ouvido pela maioria dos advogados do País, em sua opinião, este processo é ilegal neste momento da Presidência, onde a democracia não está sendo respeitada. Logo após, a Sra. Presidente passou a palavra para a Sra. Helena, membro do partido PC do B, onde em tribuna, saudou a todos, comentou sobre a importância deste partido no histórico do País, em sua opinião, o Brasil teve evolução e não tem motivos para o impeachment, a oposição não tem projetos

de governo, explanou que a crise se generaliza mundialmente e não somente no governo atual, reforçou que a luta pelas melhorias é de todos, o povo merece atenção e respeito, principalmente os mais humildes. Ato contínuo a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos, reforçou o apoio de toda a população na luta para o avanço do País, bem como também o combate à corrupção, clamou pela defesa da democracia e que esta batalha continua. Logo após, não havendo mais oradores inscritos, a Sra. Presidente dos trabalhos Deputada Estela Bezerra, declarou encerrada a presente sessão. Sala das Sessões, dia 28 de Março de 2016.

Deputada Estela Bezerra
- Presidenta -